

Apresentação

Ideologias e projetos políticos no Brasil Republicano



A história política do Brasil Republicano é, ainda hoje, um dos campos de pesquisa mais dinâmicos no conjunto da historiografia brasileira. Embora o dogma positivista do distanciamento temporal entre historiador(a) e objeto tenha, por muito tempo, interditado o estudo de experiências recentes (Ferreira, 2018), a partir da década de 1970 surgiu uma combinação de fatores que impulsionaram a produção acadêmica a partir desse recorte.

Em um primeiro momento, sob o predomínio de análises oriundas da Ciência Política, houve um amplo esforço para explicar a atuação de partidos políticos, intelectuais e as particularidades das principais ideologias em voga no país, sobretudo entre as décadas de 1930 e 1960. Assim, apareceram reflexões importantes a respeito dos comunistas, liberais, anarquistas, integralistas, trabalhistas, dos ideólogos e dos regimes autoritários, ajudando a compreender a longevidade do autoritarismo e os caminhos da cidadania em nosso país (Trindade, 1979; Medeiros, 1978; Benevides, 1981; Chilcote, 1982; Gomes 2019).

A partir da década de 1990, com a renovação da história política e a crise dos paradigmas totalizantes da área de Humanas, especialmente, do marxismo e do estruturalismo, a historiografia brasileira passou a enfatizar as trajetórias individuais (Aarão Reis, 2014), a dimensão simbólica e cultural presente nas relações de poder (Motta, 2000), bem como aspectos relativos aos conceitos e discursos políticos (Zampa, 2018; Medeiros, 2023). Deste modo, o leque de temáticas foi ampliado, destacando-se um crescente diálogo interdisciplinar, o desenvolvimento de metodologias específicas para lidar com fontes orais e o amadurecimento de discussões no que tange às relações entre história e memória, tudo isso em convergência com demandas sociais de explicação do tempo presente (Ferreira, 2018).

Recentemente, também tivemos uma nova onda de estudos sobre ideologias e grupos políticos nacionais, em parte, provocada por fatores como: a crescente polarização política, a radicalização de segmentos das direitas, a retomada do militarismo e a crise da

democracia representativa. Assim, surgiram pesquisas significativas acerca do integralismo (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020), do anticomunismo (Menezes, 2019), da crise democrática (Abranches et al., 2019), dos fundamentos sociais do autoritarismo brasileiro (Schwarcz, 2019) e das relações entre ativismo político militar e bolsonarismo (Teixeira da Silva; Schurster, 2022).

Com base nessas dimensões, o dossiê reúne seis artigos, com o intuito de promover discussões sobre ideologias e projetos políticos no Brasil Republicano, incluindo análises a respeito de grupos, associações, intelectuais, periódicos, partidos, entre outros personagens, e sua relação com o poder, na perspectiva de criação de um espaço de diálogo aberto e plural no qual pesquisas, perspectivas teórico-metodológicas e/ou experiências em arquivos possam ser compartilhadas.

Ele inicia-se com o artigo “Racismo republicano e as reações de intelectuais negros no periódico Cidade do Rio de José do Patrocínio”, de Geovan Souza. Tendo como mote o racismo voltado a notícias do jornal Cidade do Rio de Janeiro e especialmente ao seu proprietário José do Patrocínio, Souza discute o contexto maior do racismo e os intelectuais negros nos iniciais da República brasileira. A partir de uma de uma apropriada discussão historiográfica e de um aporte ligado aos intelectuais e ao conceito de contrato racial, considerando as trajetórias de André Rebouças, Teodoro Sampaio e, sobretudo de Patrocínio, o autor ressalta suas experiências na luta contra o preconceito de cor no final do século XIX. Nesse sentido, em meio às renovações da historiografia brasileira em torno do debate sobre o racismo e os intelectuais negros, o artigo contribui para a reflexão sobre as experiências de mundo de homens negros intelectualizados, em meio às transversalidades raciais.

O artigo “Cultura Política e História: algumas interlocuções”, de Thiago Fidelis, por sua vez, discute o conceito de Cultura Política no Brasil entre 1930 e 1964, em suas interfaces com diferentes perspectivas historiográficas, e, sobretudo, com a História Política. Neste debate, o autor destaca o conceito de cultura política, de modo a evidenciar as suas ressignificações, e a sua adoção na historiografia brasileira, a partir de variados aspectos, destacando o que considera como as cinco principais culturas políticas presentes no Brasil, do período Vargas ao golpe civil-militar. A saber: a Cultura Política Liberal-Autoritária; a Cultura Política Militar; a Cultura Política Católica; a Cultura Política Comunista; e a Cultura Política Trabalhista. Em torno dessa reflexão, Fidelis analisa o periódico Última Hora,

enquanto um vetor de construção da política trabalhista, e que se integrou a momentos decisivos da história política do Brasil na segunda metade do século XX.

A política sanitária desenvolvida pelo governo brasileiro no estado do Amazonas no início da Primeira República foi examinada por Thais Teixeira do Nascimento, em artigo no qual a saúde pública é considerada em sua relação com o projeto republicano de mapeamento e ocupação de regiões consideradas inóspitas, ampliação das vias de comunicação e delimitação e proteção de fronteiras. A partir da análise das mensagens encaminhadas por governadores do Amazonas para a Assembleia Legislativa do estado, durante o período de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1912), Nascimento apontou as dificuldades encontradas pelas autoridades e os limites das políticas públicas de controle e prevenção de doenças no Norte do Brasil, evidenciando a carência de investimentos em moradias, a desigualdade de acesso ao saneamento básico e a serviços médicos, além dos efeitos negativos exercidos pelo trabalho exaustivo e pela má alimentação na saúde das pessoas.

O artigo seguinte constitui uma contribuição para o entendimento da história do Partido Comunista do Brasil (PCB). De modo específico, Lucas Andreto tratou do Partido Comunista do Brasil e dos projetos revolucionários no período compreendido entre 1922 e 1938. O caminho trilhado parte das formulações produzidas por intelectuais comunistas. Dentre eles, destacam-se intelectuais orgânicos como Octávio Brandão e Astrogildo Pereira. Na sequência, discute-se certa influência exercida pela Internacional Comunista na linha política pecebistas, ascendência que impactou nas formulações, nas estratégias e nas táticas do PCB. Como resultado, o trabalho procurou demonstrar que o projeto de revolução nacional libertadora sucumbiu frente a política de União Nacional do PCB, desaguando numa perspectiva de “revolução passiva” atrelada ao ideal de modernização conservadora.

Na sequência, o leitor encontrará o artigo intitulado “A toque de caixa”. Produzido por Pedro Luís Cavalcante da Cunha, o trabalho abordou o período inicial do governo João Goulart, notadamente a crise política desencadeada com a renúncia do então presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, bem como a adoção da solução parlamentarista para garantir a posse de Goulart. Com base em consistente bibliografia, o trabalho enfocou diferentes conjuntos documentais. São analisados alguns livros e panfletos publicados à época. Além disso, foram perscrutados os discursos proferidos nas sessões da Câmara dos Deputados. Desse modo, o artigo constituiu uma relevante contribuição para o

entendimento do sistema político brasileiro, especialmente das posições defendidas pelos atores envolvidos na construção da denominada “solução parlamentarista”.

Completando o presente dossiê temático, João Victor Fidelis Belluzzo discute o projeto social-liberal formulado por José Guilherme Merquior entre os anos de 1983 e 1990, inserindo o seu pensamento político em um conjunto de interpretações acerca da natureza e do papel do Estado na sociedade brasileira. O autor recupera críticas feitas pelo intelectual carioca frente à tradição patrimonialista do Estado nacional, ao mesmo tempo em que demonstra as divergências de Merquior em relação ao neoliberalismo e ao desenvolvimentismo. Nesse sentido, Belluzzo faz uma importante reflexão a respeito de uma vertente do liberalismo (o liberalismo social) minoritária e pouco investigada pela historiografia brasileira, cuja produção acadêmica costuma priorizar a pesquisa do liberalismo conservador e do neoliberalismo.

Salvo tais considerações, desejamos a todos e todas uma excelente leitura e esperamos que os trabalhos reunidos sob este dossiê temático contribuam para lançar novos olhares sobre a história política do Brasil Republicano.

Fabício Ferreira de Medeiros
Doutorando em História (PPGH-UFF)
fabricao.f.medeiros@hotmail.com

Vivian Zampa
Doutora em História Política
Docente do PPGH-UNIVERSO e do CAp UERJ
vivianzampa@hotmail.com

Edvaldo Corrêa Sotana
Doutor em História
Docente do PPGHIS-UFMT
edsotana11@gmail.com

Referências

AARÃO REIS, Daniel. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ABRANCHES, Sérgio *et al.* *Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018.

GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 8 reimpr. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019 [1988].

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

MEDEIROS, Fabrício Ferreira de. Liberalismo e democracia em Carlos Lacerda (1950-1955). *Revista Ágora*, Vitória, v. 34, n. 2, p. 1-20, 2023.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil, 1930-1945*. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1978.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Tramas do mal: a imprensa e discursos de combate à revolução (1917-1921)*. Rio de Janeiro: Aryan, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOTANA, E. C. João Goulart nas páginas d'O Estado de Mato Grosso (1961-1964). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 402-430, 2019.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; SCHURSTER, Karl (orgs.). *A República sitiada: militares e bolsonarismo no Brasil*. Recife: Edupe, 2022.

ZAMPA, Vivian. Efemérides e discursos políticos nos Boletins da Polícia Militar do Rio de Janeiro (1964-1969). *Intellèctus*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 157-173, 2018.